

ACEF/2021/0421827 — Relatório final da CAE

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento.

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. A periodicidade fixada é de seis anos.

O processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento (Processo ACEF) tem por elemento fundamental o relatório de autoavaliação elaborado pela instituição avaliada, que se deve focar nos processos que se julgam críticos para garantir a qualidade do ensino e nas metodologias para monitorizar/melhorar essa qualidade, incluindo a forma como as instituições monitorizam e avaliam a qualidade dos seus programas de ensino e da investigação.

A avaliação é efetuada por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por especialistas selecionados pela Agência com base no seu currículo e experiência e apoiada por um funcionário da Agência, que atua como gestor do procedimento. A CAE analisa o relatório de autoavaliação e visita a instituição para confirmar as informações do relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição.

Antes do termo da visita, a Comissão reúne para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e organizar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação.

A CAE, usando o formulário eletrónico apropriado, prepara, sob supervisão do seu Presidente, a versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa do ciclo de estudo. A Agência remete o relatório preliminar à instituição de ensino superior para apreciação e eventual pronúncia, no prazo regularmente fixado. A Comissão, face à pronúncia apresentada, poderá rever o relatório preliminar, se assim o entender, competindo-lhe aprovar a sua versão final e submetê-la na plataforma da Agência.

Compete ao Conselho de Administração a deliberação final em termos de acreditação. Na formulação da deliberação, o Conselho de Administração terá em consideração o relatório final da CAE e, havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer. O Conselho de Administração pode, porém, tomar decisões não coincidentes com a recomendação da CAE, com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais. Assim, o Conselho de Administração poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE.

Composição da CAE

A composição da CAE que avaliou o presente ciclo de estudos é a seguinte (os CV dos peritos podem ser consultados na página da Agência, no separador [Acreditação e Auditoria / Peritos](#)):

Maria Inês Secca Ruivo

Eduardo Côrte-Real

Mario Trimarchi

Rodolfo Pereira

1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituição de Ensino Superior:

Instituto Politécnico De Viana Do Castelo

1.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior (proposta em associação):

1.2. Unidade orgânica:

Escola Superior De Tecnologia E Gestão De Viana Do Castelo

1.2.a. Outra(s) unidade(s) orgânica(s) (proposta em associação):

1.3. Ciclo de estudos:

Design Integrado

1.4. Grau:

Mestre

1.5. Publicação em D.R. do plano de estudos em vigor (nº e data):

1.5. Despacho 11717_2016 publicação novo Plano de Estudos.pdf

1.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Design

1.7.1 Classificação CNAEF - primeira área fundamental:

214

1.7.2 Classificação CNAEF - segunda área fundamental, se aplicável:

N/A

1.7.3 Classificação CNAEF - terceira área fundamental, se aplicável:

N/A

1.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

90

1.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, com a redação do Decreto-Lei 63/2016 de 13 de setembro):

3 semestres

1.10. Número máximo de admissões aprovado no último ano letivo:

25

1.10.1. Número máximo de admissões pretendido (se diferente do número anterior) e sua justificação <sem resposta>

1.11. Condições específicas de ingresso. Titulares de uma licenciatura numa das áreas do Design ou da Arquitetura;

Titulares de uma Licenciatura nas áreas das Artes ou da Engenharia Mecânica (com curriculum relevante na área do design);

Titulares de Bacharelato (na área do Mestrado) com parecer favorável do Júri (Comissão de Curso) e com prévia aprovação

do Conselho Técnico-Científico da Instituição (de acordo com o regulamento);

Detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidade para realização

deste ciclo de estudos pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde

pretendem ser admitidos.

1.12. Regime de funcionamento.

Pós Laboral

1.12.1.Outro:N/A

1.13.Local onde o ciclo de estudos é ministrado:Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

1.14.Eventuais observações da CAE:<sem resposta>

2. Corpo docente

Perguntas 2.1 a 2.5

2.1.Coordenação do ciclo de estudos.

O docente ou docentes responsáveis pela coordenação do ciclo de estudos têm o perfil adequado:

Sim

2.2.Cumprimento de requisitos legais.

O corpo docente cumpre os requisitos legais de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado:

Sim

2.3.Adequação da carga horária.

A carga horária do pessoal docente é adequada:

Não

2.4.Estabilidade.

A maioria dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos:

Sim

2.5.Dinâmica de formação.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos, quando necessário:

Não

2.6. Apreciação global do corpo docente

2.6.1.Apreciação globalDe acordo a atualização enviada, e considerando um total de 15,65 ETIs, o corpo docente conta com 14 ETIs integrados na carreira, correspondendo a 85% e ultrapassando os 75% previstos na Lei (Decreto-Lei no 74/2006, alterado pelo DL 63/2016). Conta com 14 ETIs de doutores, correspondendo a 69% e ultrapassando os 40% previstos na Lei e conta com 7 ETIs de doutores e ou docentes especializados na área de formação principal, correspondendo a 44,73% não atingindo os 50% previstos na Lei.

O corpo docente cumpre os requisitos mínimos em dois dos critérios requeridos na Lei: Próprio, qualificado. No entanto não o cumpre relativamente à especialização.

Parece ser uma prática comum que episodicamente alguns docentes tenham distribuídas mais do que 12h semanais em média. Mas cumpre aqui lembrar o que consta do estatuto da carreira docente do ensino politécnico, nomeadamente no seu artigo 35º no nº 4. As exceções previstas no artigo 38º, são exceções e devem ser compensadas.

Também é de considerar o que decorre do facto de o curso ser ministrado em regime pós-laboral como consta do sítio internet oficial em <https://www.ipv.pt/en/cursos/design-integrado-mdi/> uma vez que as horas leccionadas depois das 20h00 deverão ser multiplicadas por 1,5 de acordo com o artigo 39º do referido Estatuto. Os dados referentes ao número de horas de contacto definidas na portaria que publica o plano de estudos e as horas atribuídas aos docentes, sendo iguais, indicam que essa majoração não está a ser cumprida.

As datas de obtenção do grau de doutor são relativamente recentes e existe uma razoável uniformidade geracional. Os docentes são doutorados predominantemente pela Universidade de

Aveiro e Faculdade de Belas Artes do Porto. Esta conjugação com a docência em Viana do Castelo, há mais de 3 anos para a grande maioria, indica uma fixação na zona norte do país. Não se compreende, assim, que o trabalho de investigação organizado se realize, para um grande número de docentes, num polo de um centro de investigação de Lisboa.

O serviço docente está a ser realizado em sobrecarga, especialmente considerando o carácter pós-laboral deste CE. Se este facto nos permite elogiar o esforço e dedicação do corpo docente, por esta mesma razão, devemos reclamar que a Lei seja estritamente respeitada na carga horária distribuída aos docentes.

As horas de Orientação Tutorial da Unidade Curricular de Projecto, Dissertação ou Estágio previstas como horas de contacto no Plano de Estudos, não constam da distribuição de serviços docentes. Ora elas são realizadas e deveriam ser contabilizadas ainda que por uma fórmula específica tendo em consideração o número de estudantes que cada docente orienta. Este é mais um fator de sobrecarga dos docentes.

Não havendo docentes em programas de doutoramento, talvez fosse pertinente, tendo em consideração que o número de docentes especializados na área de formação predominante do ciclo de estudos se encontra perto do limite legal, encorajar alguns dos docentes sem doutoramento a iniciarem esse processo de valorização. O doutoramento é também uma forma de atualização teórica e metodológica benéfica para todo o grupo de docentes. Naturalmente que a contratação de um docente que já se encontre a realizar o seu doutoramento é uma possibilidade a considerar.

—
No âmbito da visita à instituição foi solicitada uma nova atualização da Distribuição do Corpo Docente, mediante a qual se verifica o cumprimento de todos os critérios legislados de corpo docente.

2.6.2. Pontos fortes Uniformidade geracional, consistência metodológica e filosófica relativamente ao Design.

2.6.3. Recomendações de melhoria Redução do número de horas letivas para valores inferiores a 12h/semana. Contabilização das tarefas de orientação tutorial em 30m/semana por aluno. Consequente eventual contratação de pelo menos 1 ETI na área do Design.

3. Pessoal não-docente

Perguntas 3.1. a 3.3.

3.1. Competência profissional e técnica.

O pessoal não-docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à lecionação do ciclo de estudos:

Sim

3.2. Adequação em número.

O número e o regime de trabalho do pessoal não-docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos:

Sim

3.3. Dinâmica de formação.

O pessoal não-docente frequenta regularmente cursos de formação avançada ou de formação contínua:

Sim

3.4. Apreciação global do pessoal não-docente

3.4.1. Apreciação global A instituição dispõe de pessoal não-docente em número suficiente e suficientemente qualificado para assegurar o bom funcionamento do ciclo de estudos.

A instituição promove a formação contínua e/ou especializada do pessoal não-docente.

3.4.2. Pontos fortes Não aplicável

3.4.3. Recomendações de melhoria Não aplicável

4. Estudantes

Pergunta 4.1.

4.1. Procura do ciclo de estudos.

Verifica-se uma procura consistente do ciclo de estudos por parte de potenciais estudantes ao longo dos 3 últimos anos:

Sim

4.2. Apreciação global do corpo discente

4.2.1. Apreciação global O CE tem procura consistente mas normalmente abaixo do número de vagas. Embora não se possa falar de 'média de entrada' como numa licenciatura, teria sido interessante fornecer a média de licenciatura do último colocado e do primeiro, tal como a média geral dos alunos admitidos.

Como na maioria dos CE de Mestrado, os estudantes dividem-se em dois grupos: Os que transitaram da licenciatura quase diretamente e aqueles que tiveram ou têm uma experiência de trabalho. Neste caso, o primeiro grupo é mais numeroso. Constata-se que os alunos prefiguram uma formação de 5 anos, ou 7 semestres e meio.

A estrutura da relação entre licenciaturas e mestrado, sendo as primeiras mais especializadas e profissionalizantes do que o segundo contraria o espírito da Declaração de Bolonha e pode ser menos atraente para fixar os alunos a um programa de 5 anos.

4.2.2. Pontos fortes A implantação na região.

4.2.3. Recomendações de melhoria Uma estratégia para captar alumni e divulgar o CE como uma formação de atualização e complementaridade para profissionais em áreas contíguas como as engenharias e a gestão.

5. Resultados académicos

Perguntas 5.1. e 5.2.

5.1. Sucesso escolar

O sucesso escolar da população discente é satisfatório e é convenientemente acompanhado:

Sim

5.2. Empregabilidade

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam dificuldades de transição para o mercado de trabalho:

Não

5.3. Apreciação global dos resultados académicos

5.3.1. Apreciação global O sucesso escolar é satisfatório. A sequência de graduações oscilou claramente. A melhor performance corresponde a 73% do número máximo de admissões.

Os números relativos ao número de ex-alunos em actividade é menor do que a média do país relativo à empregabilidade: Taxa de não emprego de 24% (segundo inquérito realizado pela instituição) está muito acima da média nacional na área - 5.9% (público) e 6.2% privado

Estes cursos têm um pequeno número de alunos. É difícil emitir opiniões balizadas, a partir destes números.

Com a indicação de apenas 3 anos de resultados é difícil aferir para além disso.

Uma taxa de conclusão de 70% não é má num mestrado. É sim importante que quase todos os alunos concluam a parte curricular. É também importante que estes resultados sejam monitorizados, e são-o. Obviamente, valores inferiores a 50% serão preocupantes.

As classificações médias reportadas para as unidades curriculares mais importantes demonstram uma saudável taxa de assimilação dos conteúdos e métodos.

Não se compreende como uma UC curricular de Seminário tem tão baixos resultados. No relatório de auto-avaliação a IES demonstra controle da situação e capaz de tomar medidas sempre que haja uma redução da qualidade dos resultados. A dimensão 'familiar' do CE facilitará certamente os mecanismos de controle dos resultados de uma forma orgânica.

5.3.2.Pontos fortesSão obtidas muito boas classificações nas UCS que parecem mais importantes

5.3.3.Recomendações de melhoriaA unidade curricular de Seminário de Orientação poderia não ter classificação, não contando os seus créditos para a média final.

A UC de Marketing aplicado a projeto poderia ser substituída por uma UC de Gestão do Design (Design management), capaz de motivar mais os estudantes.

A realização de mais protocolos para a produção de relatórios de estágio poderá aumentar a empregabilidade.

6. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

Perguntas 6.1. a 6.5.

6.1.Centros de Investigação

A instituição dispõe de recursos organizativos e humanos que integrem os seus docentes em atividades de investigação, seja por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em instituições científicas reconhecidas:

Em parte

6.2.Produção científica ou artística

Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, livros e capítulos de livro ou trabalhos de produção artística, ou publicações resultantes de atividades de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível, nos últimos cinco anos, com relevância para a área do ciclo de estudos:

Sim

6.3.Outras publicações

Existem outras publicações do corpo docente com relevância para a área do ciclo de estudos, designadamente de natureza pedagógica:

Sim

6.4.Atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico

As atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) fundamental(ais) do ciclo de estudos representam um contributo

real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a ação cultural, desportiva e artística:

Sim

6.5. Integração em projetos e parcerias nacionais e internacionais

As atividades científicas, tecnológicas e artísticas estão integradas em projetos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Em parte

6.6. Apreciação global dos resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

6.6.1. Apreciação global A maioria dos docentes exerce a sua atividade de investigação em unidades de investigação sediadas noutras instituições. Os centros de investigação sediados na IES listados na mais recente avaliação FCT: Centro de Investigação Aplicada para a Transformação Digital (ARC4DigiT); Unidade de Investigação em Materiais, Energia e Ambiente para a Sustentabilidade (proMetheus); Centro de Investigação e Desenvolvimento em Sistemas Agroalimentares e Sustentabilidade (CISAS) não obtiveram classificação superior a Bom. A situação indicia que a cultura de investigação na instituição por um lado não contempla o Design e por outro é ainda embrionária. Os docentes realizam a sua investigação em instituições reconhecidas com Muito Bom na mais recente avaliação como o CIAUD, o ID+.

No relatório de autoavaliação foram listadas 44 referências da produção científica das quais 5 não terão relevância para a área do ciclo de estudos e foi encontrada uma repetição. Temos, portanto, 38 referências que, considerando que apenas 8 docentes são especializados na área, dá quase uma média de 1 publicação por ano, por docente, o que é bastante aceitável, mas não dá evidências de desenvolvimento profissional de alto nível ou de uma investigação orientada para problemas concretos no território. A atualização oferecida na resposta ao pedido de informação confirma uma dinâmica continuada desta produção que é louvável devido à sobrecarga a que os docentes estão sujeitos.

São listadas 57 referências e 'outras publicações' numa rapsódia de atividades e publicações que vão desde artigos com publicação mais antiga até participações em conferências TED. É difícil discernir a natureza pedagógica de muitas delas. Nota-se uma maior ligação ao território do que nas atividades listadas como de investigação. Também a atualização confirma esta dinâmica.

Foram descritos e apresentados projetos relevantes de ligação entre a formação avançada que teve impacto no desenvolvimento regional através das atividades dos estudantes e docentes.

Foi descrito e apresentado um só projeto de parceria, de inegável qualidade, mas no qual não se descreve a relevância para a sociedade e economia locais e para a sua internacionalização. A parceria apontada é com o centro de investigação lisboeta que montou um polo na IES. Na atualização é listado mais um projeto.

Em conclusão, há muito poucas evidências de que o que os autores do relatório consideraram mais relevante em termos de investigação resulte de interesses locais, que, ao disseminarem-se, se divulguem nacional e internacionalmente, embora nos mais recentes anos se encontrem evidências na atualização pedida que esta situação pode inverter-se.

Pelo contrário, nas 'outras publicações' embora nem sempre com relevância pedagógica, a existência de problemas locais e a aplicação de métodos de investigação à sua resolução é aparente, consistente e de louvar.

Em conclusão, a atividade é rica, os docentes dominam metodologias de investigação em design, não há ainda o objetivo estratégico daquilo que deveria ser mais prioritário e louvável para a sua missão numa instituição de ensino superior politécnico de carácter regional, considerando as alterações na Lei.

6.6.2. Pontos fortes A grande maioria dos docentes na área fundamental do CE está treinada em metodologias de investigação em Design e produz regularmente. Há docentes de outras áreas também com produção científica relevante.

6.6.3. Recomendações de melhoria Para alinhar os objectivos de um CE de mestrado com a missão de uma escola pertencente a um instituto politécnico haverá que re-orientar os trabalhos de investigação para a abordagem a problemas locais. Isto não quer dizer que esses problemas sejam confinados ou 'menores'. A divulgação e disseminação dos resultados tornará esses trabalhos num veículo de internacionalização da região e da produção da IES. Ao alojar o trabalho de investigação num polo de uma unidade de investigação sediada em Lisboa, está-se a desinvestir na possibilidade de investigação multidisciplinar usando os recursos humanos da IES.

Existem algumas evidências de colaboração interdisciplinar de investigação entre docentes de design e das áreas das ciências dos materiais e tecnologia e com as artes dentro da IES. Este é certamente o caminho a seguir assegurando dois fatores: reputação para esta IES (e não para outra) e verdadeira inovação aplicada.

A nossa recomendação vai para a criação de uma unidade de investigação multidisciplinar que acredite no Design e na sua capacidade transformadora, aglutinando outras áreas como a Gestão e a Tecnologia. Sendo que na área da Tecnologia seria importante explorar os novos materiais. A colaboração com as Artes Plásticas pertencentes a outra escola também seria bem-vinda. Para cumprir plenamente a sua missão, essa unidade deveria tomar a forma de incubadora de empresas e espaço de co-working.

Recomenda-se também a participação em redes e conferências internacionais temáticas com regularidade.

Recomenda-se ainda a criação de uma conferência internacional com uma temática específica pertinente para a região.

7. Nível de internacionalização

Perguntas 7.1. a 7.3.

7.1. Mobilidade de estudantes e docentes

Existe um nível significativo de mobilidade de estudantes e docentes do ciclo de estudos:

Não

7.2. Estudantes estrangeiros

Existem estudantes estrangeiros matriculados no ciclo de estudos (para além de estudantes em mobilidade):

Sim

7.3. Participação em redes internacionais

A instituição participa em redes internacionais com relevância para o ciclo de estudos:

Não

7.4. Apreciação global do nível de internacionalização

7.4.1. Apreciação global O nível de internacionalização é muito baixo. Os exemplos de participação em conferências não se constituem como participação em redes. Os exemplos de redes internacionais mais relevantes são a CUMULUS e a European Academy of Design cujo membership é institucional e que são hubs de intercâmbios entre docentes e estudantes.

7.4.2. Pontos fortes A localização numa cidade com alta qualidade de vida e extrema beleza natural e

arquitectónica numa região caracterizada pela sua juventude.

7.4.3.Recomendações de melhoriaFiliação na CUMULUS e na European Academy of Design, participar regularmente nas suas conferências e estabelecer relações com instituições alvo. Usar as conferências para apresentar a cidade e a IES reforçando o programa ERASMUS para docentes, uma vez que a região é extremamente atrativa em termos turísticos poderá atrair docentes de outras instituições. Procura organizar uma das conferências ou workshops com a chancela destas organizações.

8. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Perguntas 8.1 a 8.6

8.1.Sistema interno de garantia da qualidade

Existe um sistema interno de garantia da qualidade, a nível da Instituição ou da Unidade Orgânica, certificado pela A3ES:

Sim (passa diretamente ao campo 8.7)

8.2.Mecanismos de garantia da qualidade

Existem mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos e das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem:

<sem resposta>

8.3.Coordenação e estrutura(s) de apoio

Existem um coordenador e estrutura(s) responsáveis pela implementação dos mecanismos de garantia da qualidade do(s) ciclo(s) de estudos:

<sem resposta>

8.4.Avaliação do pessoal docente

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

<sem resposta>

8.5.Avaliação do pessoal não-docente

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

<sem resposta>

8.6.Outras vias de avaliação

Existiram outras avaliações do ciclo de estudos ou de natureza institucional, nos últimos cinco anos, não conduzidas pela A3ES:

<sem resposta>

8.6.1.Conclusões de outras avaliações (quando aplicável)<sem resposta>

8.7. Apreciação global dos mecanismos de garantia da qualidade

8.7.1.Apreciação globalA instituição tem um sistema interno de garantia da qualidade certificado pela A3ES.

cujos mecanismos se aparentam eficazes. Contudo, o sistema de qualidade deveria sinalizar e ter expressos mecanismos que permitam colmatar a situação de sobrecarga em que se encontra a maioria dos docentes, o que não se vê plasmado no relatório apresentado. É ainda de referir a dificuldade da instituição na disponibilização à CAE de um link válido para acesso aos trabalhos dos estudantes.

8.7.2.Pontos fortesA IES ter um sistema de garantia da qualidade certificado pela A3ES.

8.7.3.Recomendações de melhoriaAssinalar e contabilizar os desvios em relação ao estabelecido no

ECDEP e quando ultrapassados os máximos, proceder a um sistema de compensação ou creditação na avaliação dos docentes

9. Melhoria do ciclo de estudos - Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria

9.1. Evolução desde a avaliação anterior Sim.

9.2. Apreciação e validação das propostas de melhoria futura Houve evolução documentada por relatório específico. Foram apresentadas propostas de melhoria futura que são pertinentes e algumas urgentes. Todas as propostas e o calendário para a sua concretização apresentadas na análise SWOT são validadas pela CAE. Algumas são objecto de condições para a acreditação.

10. Reestruturação curricular (se aplicável)

10.1. Apreciação e validação da proposta de reestruturação curricular <sem resposta>

11. Observações finais

11.1. Apreciação da pronúncia da instituição (quando aplicável) A CAE tomou nota da pronúncia apresentada pela IES, que consiste na resposta às principais recomendações constantes do relatório preliminar. A CAE considera que as respostas elaboradas pela IES são concordantes com o esforço de assegurar a evolução favorável da CE. A CAE acrescenta o seu acordo com as alterações propostas ao Plano de Estudos.

11.2. Observações <sem resposta>

11.3. PDF (máx. 100kB)

<sem resposta>

12. Conclusões

12.1. Apreciação global do ciclo de estudos Relativas ao plano de estudos:

No geral este CE, articulado com as licenciaturas na área do Design, revela uma inversão do espírito das formações dos dois primeiros ciclos. O segundo ciclo deveria ser mais profissionalizante do que o primeiro... Ora, nos seus títulos, os dois cursos de primeiro ciclo apontam uma profissionalização nas áreas do Produto e na área dos Ambientes, sendo no segundo ciclo que se dá a formação integradora e, por isso, mais de 'banda larga'. À primeira vista, pensando no percurso a cinco anos, seria sensato começar com uma banda mais larga e terminar com uma banda mais estreita apontando para uma profissionalização. Está bom de ver que os alunos, concluindo o seu primeiro ciclo, se sintam armados para entrar no mercado nessa banda estreita e poderão não sentir a necessidade de seguir para mestrado onde vão encontrar, embora a nível mais complexo, uma formação mais generalista. Existirão certamente razões históricas e organizacionais que levaram a esta situação, mas não podemos deixar de sugerir que toda a formação a cinco anos fosse repensada. Na sua estrutura e plano de estudos, o CE sofreu a amputação, em 2016, de um semestre letivo para a conclusão do trabalho final. Não encontramos justificação no relatório da CAE de 2016 para este facto. Não encontramos também uma análise crítica das consequências desta alteração. É legítimo, pois, considerar que o menor tempo dedicado à realização de tal trabalho só pode ter como consequência o seu decréscimo de qualidade e complexidade. Para além das horas previstas no plano de estudo, trata-se também de considerar o Tempo que determina ciclos nas empresas e na sociedade. Sendo assim, não vemos como um Relatório de Estágio, por exemplo, possa ser significativo o suficiente para a obtenção de um grau de mestre em um só semestre.

Numa apreciação mais fina deparamos com a UC de Marketing aplicado ao Projeto (que revela um

baixo grau de qualidade nos resultados). Parece-nos que uma UC dedicada à gestão do projeto (Design Management) poderia obter melhores resultados, mesmo incluindo conteúdos de Marketing e Publicidade.

Relativas às condições materiais:

Mereceram a nossa atenção as lacunas apontadas às condições materiais para a realização de formação de alto nível e também aquelas que não foram mencionadas como o acervo e condições de acesso a plataformas do conhecimento da biblioteca relevantes para a área.

Relativamente à internacionalização:

Foi observada, também, uma quase total ausência de internacionalização que penaliza docentes, discentes e instituição.

Relativamente ao corpo docente:

Quanto ao corpo docente do CE, conta com elementos de muito valor, quer teórico como prático, conhecidos pela sua produção científica e projectual da comunidade académica da área no nosso país. O trabalho que realizam é relevante e em par com outros que, do ponto de vista geracional, orgulham quem esteve ligado ao desenvolvimento do Design na universidade no seu início no nosso país. É importante que a IES tenha consciência da qualidade deste corpo docente.

No entanto, ele parece estar em sobrecarga de trabalho docente, nomeadamente não cumprindo o critério de c. d. especializado. Para além disso não estão a ser cumpridas as regras de carga horária que estabelecem um valor multiplicado por 1,5 para as horas noturnas e não são contabilizadas as horas de Orientação Tutorial.

Chamou a nossa atenção também que não é desejável que a grande maioria dos docentes que realizam investigação a faça num centro cuja gestão central é tão distante da região onde operam. Mais ainda tratando-se de investigadores que trabalham num instituto politécnico criado com a visão de promover o desenvolvimento local. A economia local deveria, através da promoção da investigação, contribuir para a evolução do seu Instituto Politécnico.

Até podemos imaginar a dinâmica que levou a esta situação, mas não podemos deixar de recomendar que a própria instituição de ES promova as condições para criar um centro de investigação interdisciplinar nas áreas de competência da Escola capaz de acolher o Design e os seus docentes doutorados. Caberá a este corpo docente tomar a iniciativa de promover uma reformulação de estratégia de investigação organizada. A existência apenas de um polo de um centro lisboeta de Design Arquitectura e Urbanismo poderá levar a que o Design do IPVC reduza a possibilidade de gerar uma capacidade de investigação com equipas multidisciplinares de Design, Gestão e Tecnologia da ESGT e Arte da Escola Superior de Educação.

Relativamente à internacionalização:

Foi observada, também, uma quase total ausência de internacionalização que penaliza docentes, discentes e instituição.

A síntese das recomendações emanadas ao longo do relatório, encontram-se no campo 12.4, por falta de espaço neste campo.

12.2.Recomendação final.

Com fundamento na apreciação global do ciclo de estudos, a CAE recomenda:

O ciclo de estudos deve ser acreditado

12.3.Período de acreditação condicional (se aplicável):

<sem resposta>

12.4.Condições:

Ao abrigo do Despacho 15/22 do Conselho de Administração da A3ES, a CAE entendeu que o presente processo não reunia informação suficiente para a elaboração do relatório de avaliação,

tendo, por isso, pedido reuniões com entidades institucionais que visaram alguns esclarecimentos considerados necessários. Destes esclarecimentos resultou que a CAE decidiu propor a acreditação do CE sem condições mas com as seguintes recomendações:

Imediatas a um ano:

1. Garantir que nenhum docente presta serviço, em média, mais de 12h/semana e que as horas de serviço docente após as 20h00 sejam multiplicadas por 1,5.
2. Desenvolver uma fórmula de contabilização das horas tutoriais de orientação.
3. Contratar um docente especializado na área fundamental do CE.
4. Promover uma alteração de plano de estudos regressando aos 4 semestres.

A médio prazo:

1. Criação de condições para a realização de investigação autónoma multidisciplinar não dependente de uma unidade de investigação externa.
2. Criação de instrumentos digitais de auscultação de antigos estudantes e das entidades empregadoras.
3. Procurar novas parcerias com empresas industriais da região que possibilitem novos projetos e facilitem a realização por parte dos alunos. Alicerçar a abertura de uma nova oficina de design na ESTG do tipo FABLAB ou fabricação digital.
4. Encontrar parcerias para remodelação de antiga carpintaria da ESTG e transformação do espaço num possível Fablab (Fabrication Laboratory) com equipamentos de prototipagem rápida, nomeadamente, fresadora de pequeno porte, máquinas de corte a laser e de corte de vinil, máquina de termomoldagem à vácuo, impressoras 3D, digitalizadora 3D, e computadores equipados com software open source e por freeware CAD e CAM. Pode ainda incluir bancadas de electrónica, máquinas de costura, prensas, etc. A identificação da necessidade de um técnico pode passar pela atribuição de duas bolsas de colaborador a dois estudantes do Mestrado em Design Integrado.
5. Auscultar entidades parceiras sobre as mais-valias da relação com o CE através dos projetos e estágios de mestrado procurando identificar pontos de melhoria.
6. Auscultar periodicamente ex-alunos sobre empregabilidade e necessidades de formação numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.
7. Criar um acervo bibliográfico atualizado com títulos da mais recente década e obras fundamentais e assinar várias publicações periódicas relevantes para a área, não só académicas mas também de índole projectual.